

## Desapropriações, Resistências e o Megaevento da Copa do Mundo: tempo, poder e projetos de desenvolvimento<sup>1</sup>

---

Parry Scott<sup>a</sup>  
Alice Bezerra de Mello Moura<sup>b</sup>

Dando ênfase à especificidade de megaeventos, em contraste com outros projetos e polos de desenvolvimento, este trabalho analisa impactos da Copa do Mundo de Futebol de 2014, na Região Metropolitana do Recife, Pernambuco. Examina intervenções urbanas associadas à construção da Arena e ao evento da FIFA. Foca violações de direitos humanos e desapropriações decorrentes deste projeto de investimento. Discute a busca de uma imagem positiva internacionalmente e contradições no discurso sobre *legados*. As vantagens enfatizadas pelos promotores do projeto, são examinadas como frágeis. São contrapostas às ações de resistência dos atingidos na sua busca de mitigação/compensação nas suas estratégias de vida cotidiana, danificadas pelo governo. Uma análise do controle do tempo, e seus efeitos deletérios, nas práticas de resistência dos atingidos, que residiam no Loteamento São Francisco, e na sua aliança com o Comitê Popular da Copa, mostra as tentativas de resistir as sérias violações de direitos humanos.

Antropologia; Remoções; Resistências; Direitos Humanos.

A copa do mundo envolveu uma enorme quantidade de intervenções em todos os países que a receberam. Houve mobilização em níveis internacionais, nacionais e locais para cumprir metas estabele-

a Professor Titular de Antropologia, PPGA, Universidade Federal de Pernambuco, pesquisador de CNPQ. E-mail: rparryscott@gmail.com.

b Bacaharella em Ciências Sociais e Mestranda em Antropologia, PPGA, Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: alicebmm@gmail.com.

cidas pela *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA), em negociação com os países receptores e as suas cidades sedes. Ao pesquisar os impactos das obras da construção da Arena Pernambuco, foi possível identificar que este Grande Projeto de Investimento (GPI) (Vainer & Araújo 1992) desencadeia negociações e resistências de promotores e administradores do megaevento (que chamamos de beneficiados) com populações impactadas de uma maneira muito diferente (chamadas atingidos) de projetos de formação de polos de desenvolvimento e de grandes obras infraestruturais (como barragens). Aqui identificamos como diferentes maneiras de conceber e administrar o tempo influenciam essas negociações. Embora o trabalho faça referência a uma diversidade de negociações a níveis diferentes, a ênfase cai sobre as desapropriações e resistências que ocorrem em função das diferenças entre os GPIs. Não se propõe numa tipologia rígida de grandes projetos de investimentos porque as interfaces e semelhanças entre eles são tão grandes, e frequentemente tão articulados entre si, que um projeto se metamorfoseia em outro, ora com a passagem do tempo, ora com a mudança do enfoque do observador. O trabalho foca megaeventos, e especialmente o caso da Copa do Mundo, mas ao se referir a outros projetos, os de polos e os de grandes obras de infraestrutura, desenvolve o argumento principal: que obras de desenvolvimento de configurações diferentes, ao obedecer diferentes quadros de referência do tempo, influenciam fortemente o processo de negociações que se realizam em torno de resistência e desapropriações de populações atingidas.

Os Grandes Projetos de Investimento examinados para apoiar a argumentação são, além da construção da Arena Pernambuco para o Megaevento esportivo da Copa do Mundo de 2014, a implantação do complexo portuário-industrial de SUAPE na área litorânea sul de Pernambuco, e a barragem Luiz Gonzaga do Reservatório de Itaparica no Submédio São Francisco deste rio, entre Bahia e Pernambuco. Entre os diversos momentos culminantes de cada um destes três projetos, destacam-se a realização da Copa de Confederações em 2013 e

a Copa do Mundo em 2014 na Arena no Município de São Lourenço, da Região Metropolitana do Recife: a construção e inauguração dos empreendimentos do estaleiro Atlântico Sul a partir do seu dique seco (setembro de 2009) e a Refinaria Abreu e Lima (2014), as duas empresas pivô de todo o projeto de criação de um polo de desenvolvimento com base em atividades de comércio e indústria favorecidas pela presença do Porto de Suape nos municípios de Ipojuca e de Cabo de Santo Agostinho (ver Costa & Lourenço Junior 2014); e a abertura das comportas da barragem de Itaparica em 1989, logo depois de um extenso trabalho de engenharia e de traslado de população que estava diretamente atingida pelas águas do reservatório<sup>2</sup>. Muito relevante é que as referências de data marcam certos momentos num processo longo de planificação e administração que começou muito antes do momento culminante, e que prolongará muito mais posteriormente. Também relevante é que as referências geográficas específicas da obra sempre são mais acanhadas do que a área efetivamente compreendida como o alcance da obra, pois a própria defesa do impacto positivo da obra pelos seus beneficiados sempre se pauta em enaltecer as suas mega-dimensões, para além da localidade específica da intervenção.

### **Tempos de megaeventos, polos e grandes obras de infraestrutura**

Pesquisadores sobre o uso e percepção do tempo na sociedade global (Harvey 1989; Elias 1997; Elias & Dunning 1996; Franch Gutierrez 2004) mostram que o elemento de tempo gera consequências sérias para a inserção social de diferentes agentes de acordo com as estruturas de poder e com a configuração das redes sociais que incidem sobre as vidas (Castells 1999; Featherstone 1995). Tempo é um elemento chave na realização de todo grande projeto. Todos que trabalham ou que são afetados por um projeto de desenvolvimento se encontram em contextos marcados por prazos, sempre entendidos como 'apertados'. A manipulação destes prazos, e, conseqüentemente, a imposição de um quadro de referência temporal, pode conferir poderes

especiais aos que idealizam e administram os projetos. Os estudos de impacto e de resistência a essas estruturas de poder, seja de grandes projetos (Scott 2009; Cernea 2004; Vainer & Araújo 1992; Magalhães & Magalhães 2012; Zhouri 2012; Ribeiro 1992; Escobar 2010; Acselrad 2013), seja da vida cotidiana (Almeida 2004; J. Scott 1985; Adams 1970, 1975; De Certeau 1984; Ortner 2007; Teixeira & Lima 2010), ilustram como se remontam barreiras que exigem que a defesa dessas populações impactadas ou dominadas precisa ser elaborada com muita atenção ao contexto temporal em que se insere. Neste trabalho, a ênfase recai sobre Megaeventos (Damo & Oliven 2013, 2014; Mascarenhas *et al* 2011; Gastaldo & Guedes 2006; Magalhães 2013; Paula & Bartelt 2014; Helal & Cabo 2014; Ancop 2014; Maricato 2013) como projetos de investimentos e desenvolvimento com peculiaridades especiais, especialmente associados à identidade nacional, trazendo exemplos sobre algumas populações impactadas pelo conjunto de obras que se associaram à construção da Arena de Pernambuco (Scott *et al* 2014; Mello Moura 2014) e à remodelação da cidade de acordo com a realização da Copa do Mundo, dentro do prazo que rege a atuação da FIFA diante de nações anfitriãs da Copa.

A diferenciação entre beneficiados e atingidos é uma simplificação muito bem discutida e complexificada por Cernea (1991) e por Vainer (2003). Entre os dois, um dos pontos de contenção simbólica é sempre na avaliação positiva ou negativa dos impactos. No caso da Copa do Mundo: os beneficiados procuram classificar todo possível impacto positivo como um ‘legado’, e os atingidos procuram enfatizar os prejuízos, não infrequentemente fazendo uso de um jogo de palavras que refere a eles como os ‘relegados’<sup>3</sup>. Os benefícios são retratados como generalizados, os impactos negativos como localizados. Uma das negociações simbólicas constitui, de um lado, nos promotores do discurso de benefícios, hegemônico no caso destes projetos, procurarem humanizar os legados com exemplificações específicas<sup>4</sup>, e, de outro lado, os promotores do discurso de custos, subordinados ou

contra-hegemônicos, procurarem associar os impactos a práticas estruturadas que sistematizam prejuízos contra segmentos ‘subalternos’.

Um dos mecanismos acionados para poder controlar a construção das imagens públicas do processo de ‘desenvolvimento’ em operação é controlar o tempo e as informações ao longo de diferentes fases do processo: *planejamento*, com tempo lento e informações restritas; *execução*, com tempo corrido e informações múltiplas, imprecisas e desencontradas; e *pós-execução* (ou de *celebração-mitigação*, novamente com tempo lento e informações imprecisas, contraditórias e distorcidas). Os beneficiados nunca constituem um grupo isolado, pois a sua força jaz nas alianças de interesses comuns que os levam a compactuar no estímulo à ação planejada.

O planejamento de uma *obra de infraestrutura*, como uma barragem ou uma ferrovia ou uma autovia, resulta de um plano estratégico de fornecimento de energia ou de vias de transporte. O agente promotor principal geralmente faz parte de uma burocracia estatal responsável por um planejamento estratégico que trabalha com previsões de demandas de energia ou de transporte e que identifica obras necessárias em espaços que permitem que respondam a demandas crescentes mais ou menos previsíveis, consequentemente, como agência estimuladora, ele pauta as suas metas prioritárias nesses termos (fornecimento de energia, fluxo mais ágil do tráfego) e forma alianças com construtoras.

Se a obra é de estímulo a um *polo de desenvolvimento*, o planejamento aciona um maior número de agentes beneficiados a entrarem em aliança. Os beneficiados são mais variados, pois um polo engloba, além das onipresentes construtoras, uma maior multiplicidade de atores locais com interesses, sendo produtores e comerciantes, bem como administradores públicos da distribuição dos espaços geopolíticos que sofrerão de mudanças econômicas e sociais com a execução do processo de desenvolvimento. As metas prioritárias são mais difusas, visando a uma aliança entre diversos setores da sociedade e economia que operam no espaço principal ao qual a ação se destina.

Quando a obra é um *megaevento*, a sua meta prioritária é altamente restritiva: a realização exitosa daquele evento. Mas esta prioridade abre um leque muito grande de possíveis conexões e alianças com outros atores que percebem oportunidades ao entrarem em aliança para a realização do evento. Ao megaevento, parafraseando uma frase política frequente, pergunta-se o que o local escolhido pode fazer para ele, e não o que o megaevento pode fazer para o local! Os interessados, então, mobilizam-se e competem para a ‘oportunidade’ de serem escolhidos pela promotora do evento, elaborando argumentos de convencimento da população local sobre a importância simbólica e material de ser incluída, e procuram elencar uma série de benefícios periféricos que possam ocorrer como resultado da busca do sucesso do evento. Nesse caso, os compromissos prioritários dos agentes promotores de um megaevento são 1) o sucesso do evento, e, secundariamente, 2) os benefícios eventuais que possam resultar de projetos associados a ele que se intensificam em função desta demanda. Megaeventos deixam ‘legados’ porque morrem, como sugere a própria palavra.

Obras de infraestrutura e polos de desenvolvimento apostam mais na demonstração que a sua vida continua, numa busca mais incessante do alcance ou da manutenção do alcance das suas metas principais. A ideia é que os benefícios continuarão a fruir para sistemas de energia, sistemas de transporte ou configurações locais de produção e serviços. Em um megaevento, uma vez que o evento se realiza, está realizado. Formar-se-á um campo de batalha para ressuscitar o interesse para os projetos que se intensificaram em preparação para o evento, mas não mais fará parte da aliança o promotor principal do megaevento, cuja estratégia é de aumentar a circulação em outros espaços para sempre estar trabalhando com um tempo intensivamente corrido, no qual é possível gerar lucros também mais intensivamente. Os problemas deixados no local escolhido são devolvidos para a responsabilidade dos beneficiados diversos que labutam, no espaço geográfico que pleitearam, a sua inclusão no megavento. Como megaeventos costumam depender de plateia e as plateias que não são da própria localidade

precisam ser hospedadas, espaços urbanos são privilegiados (a depender do tipo de evento), e a discussão sobre impactos de megaeventos se situa na discussão do desenvolvimento urbano.

Com os beneficiados controlando tempo e informações sobre os projetos a serem implantados, inicialmente, com megaeventos, há uma indefinição sobre onde ocorrerá. Isto faz com que o megaevento, que opera fortemente com publicidade, espetacularize a própria escolha dos locais de realização, um fato muito bem analisado por Damo & Oliven (2013), que compararam o anúncio da realização da Copa com o anúncio da realização das Olimpíadas com eventos que marcam, simbolicamente, a própria constituição de alianças e interesses que diferencia os dois eventos. Como o Brasil havia se candidatado sem sucesso antes como sede das olimpíadas, a sua participação na competição entre cidades de outros continentes veio acompanhada por uma espetacularização da identidade brasileira nos seus aspectos mais positivos e convidativos possíveis, numa eleição acompanhada por uma delegação de figuras importantes. em Copenhague, e por multidões, simultaneamente, na praia de Copacabana. Deu numa celebração jubilosa que acompanhou o anúncio que ocorreu em 2009. Isto contrasta muito com o anúncio da FIFA, dois anos antes, quando o presidente da Federação anunciou, como descrevem Damo & Oliven (2013), sem multidão, sem sobressalto e sem emoção, que, como todos já deviam saber pela programação da instituição, haviam escolhido o Brasil para realizar a Copa de 2014, e isto implicava em grande responsabilidade e capacidade de organização para este país anfitrião. A indefinição inicial, independentemente da expectativa prévia de probabilidade, da escolha, desarma a preparação de ações de resistência da população atingida, pois os projetos elaborados pelos potenciais beneficiados não se confirmam antes do anúncio público. Uma vez anunciado, há um enaltecimento público sobre os muitos potenciais benefícios que virão, mesmo que os projetos, elaborados e integrados às propostas vencedoras há muito tempo, não sejam conhecidos, nem feitos disponíveis, em termos dos detalhes da execução que exigirão.

Como todo bom jogo (acrécimo)desportivo, as estratégias a serem adotadas pelos times que jogam podem ser muito bem determinadas no planejamento durante o tempo dos seus treinos, mas à plateia e aos outros jogadores somente é possibilitado que se saiba efetivamente o que vai ocorrer quando se entra em campo.

Com o tempo e as informações controlados pelos administradores públicos e construtoras, e o tempo da realização do evento se aproximando, começam a se definir os mecanismos acionados pelos que recém aprenderam que são, ou que seriam, atingidos pelas desapropriações e expulsões de residentes no caminho da Arena onde ocorre o espetáculo. Claramente, foi isso que aconteceu diante do contexto que emergiu em Pernambuco com a Copa do Mundo de 2014. O foco aqui é nas negociações e resistências nas relações que emergiram na comunicação entre os atingidos e o governo do estado e os seus parceiros no empreendimento público-privado, que comandava a preparação para o evento. Os questionamentos sobre muitas facetas da implementação do projeto desse megaevento esportivo são múltiplos e intersectam de maneiras diferentes com a questão de desapropriações e indenizações: o discurso de *legado* positivo para o país, a imagem internacional do Brasil em jogo, a exploração sexual, os negócios em torno da Copa, as remoções, e outros temas que estão sendo trabalhados recentemente por alguns autores (Magalhaes 2013; Damo & Oliven 2013, 2014; Curi 2013; Paula & Bartlett 2014; Moura 2013; Jennings 2014<sup>5</sup>).

Quais as consequências das desapropriações ocasionadas pelas obras de mobilidade realizadas para receber a Copa do Mundo? A análise das práticas de resistência dos atingidos e a maneira pela qual ocorre sua interação com o governo do estado de Pernambuco sobre as desapropriações demonstram o quanto foram influenciados pela compressão do tempo que foi característica desta promoção de megaevento.

Duas pesquisas formam a base empírica principal para estas observações: a primeira iniciou em setembro de 2012, com pesquisas de



campo de nove equipes de graduandos em ciências sociais durante uma disciplina de metodologia, com supervisão dos autores deste trabalho; e a segunda com uma equipe mais especializada<sup>6</sup>, *Uma Arena para Pernambuco: impactos e avaliações de promotores, vizinhos, beneficiados, atingidos*, realizada pelo Núcleo FAGES da UFPE, no contexto de um convite do Ministério de Esporte e o CNPq, para pesquisas a serem realizadas pelas universidades federais em cada uma das cidades-sede. Contamos com trabalho de campo desde 2012, acompanhando os processos de desapropriação, a organização e o discurso dos beneficiados, as tentativas de negociações com o governo, as alianças formadas na realização de protestos, entre as quais as de maior destaque são do Comitê Popular da Copa de Pernambuco. Foram realizadas entrevistas com os moradores e comerciantes atingidos pelas obras de mobilidade, além da participação junto ao Comitê Popular da Copa de Pernambuco, em reuniões e mobilizações de reivindicação com as pessoas atingidas. Adicionalmente, foi feito um trabalho de entrevistas e acompanhamento dos planejadores e administradores da realização do evento. Como resultado, diversos outros assuntos, que entram apenas eventualmente nesta discussão, foram pesquisados em paralelo<sup>7</sup>.

O Comitê Popular da Copa é uma organização política de monitoramento, denúncia e defesa dos direitos humanos violados da população ocasionados pela realização da Copa. Ou seja, nasceu na transitoriedade característica de megaeventos, mas se compôs por entidades com histórias significativas de atuação em defesa de direitos humanos e equidade social e atuação prioritária nas áreas urbanas. Cada cidade-sede abrigou o seu Comitê numa articulação mantida ao longo do processo de preparação e realização dos jogos, de acordo com a composição que emergiu em cada cidade, o que influenciava a sua proposta local de participação na articulação nacional flexível. Não existia essa cooperação significativa de uma forma articulada antes da Copa, pois se mobilizou no período de *tempo corrido* pós-anúncio da escolha do Brasil e das suas cidades-sedes, e, após o evento, transforma-se radicalmente frente à maior invisibilização das suas ações, decorrente

da execução da atividade-fim do processo: a Copa. Em Pernambuco, com seu nome ‘Comitê Popular da Copa’, inextricavelmente atrelado ao evento, enxerga-se uma nova anacronia na identificação proposta e cogita-se uma mudança de nome, ao propor uma descrição da nova articulação pós-copa, com o nome de Plataforma Colaborativa pelo Direito à Cidade, com a ideia de que pode preservar, pelo menos parcialmente, a articulação intensificada de ONGs, pesquisadores e representantes de movimentos populares envolvidos em mobilização popular. Em medidas diferentes, e em locais diferentes, de acordo com a combinação da clareza da associação de obras e ações que provocam danos à população e aos interesses dos próprios integrantes institucionais da articulação, o Comitê traçou linhas de ação. A ação mais contundente entre os diversos questionamentos e resistências aos impactos nocivos da Copa foi, e ainda é, a defesa de pessoas e comunidades removidas em função do megaevento.

### **A copa do mundo e as intervenções urbanas**

Criada em 1904 na Suíça, a *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA) é a entidade internacional com maior número de associados no mundo: são 209 países e possui um faturamento anual acima de U\$ 1 bilhão (BBC, 2011). O Brasil foi anunciado como país sede da Copa do Mundo em 2007, e assumiu o dever de obedecer a uma série de pré-requisitos para receber o evento, entre eles, ter arenas para os jogos de futebol, boa acessibilidade, segurança e boas estruturas de saúde, perto dos locais dos jogos. Além disso, foi criada a Lei Geral da Copa, número 12.663, no dia 5 de junho de 2012, que dispõe de vários artigos relacionados à proteção dos direitos comerciais de todos os símbolos da FIFA, restrições comerciais e sanções civis com multas e detenções de 3 meses a 1 ano para quem utilizar indevidamente os símbolos oficiais (artigos 3 a 10, além de artigo sobre a dispensa de visto para estrangeiros que comprarem o ingresso para o mundial – artigos 19, 20 e 21 – e isenção fiscal – artigo 10).

Com todas essas leis, foi criado um estado de exceção para a FIFA. É pertinente nos questionarmos sobre o modelo de planejamento urbano pensado no Brasil hoje, e sua relação com o mercado. Ao fazer uma análise sobre as relações entre planejamento estratégico, megaprojetos e poder, Carlos Vainer (2011) fala de um planejamento amigável ao mercado (*market friendly*) e orientado pelo e para o mercado (*market oriented*), que se pretende flexível, no sentido de eficiente e capaz de aproveitar todas as oportunidades. Desse modo, a razão cede lugar à negociação e a norma geral se apaga em benefício dos acordos, caso a caso (Vainer 2011). Negociar uma excepcionalidade diante da lei expõe o processo a reações de indignação, por afrontar explicitamente a ordem de direitos estabelecida historicamente na nação, e esta indignação, certamente, foi um dos fatores responsáveis pela intensa mobilização da população, conhecido como Jornadas de Junho (2013), contestando as prioridades questionáveis esposadas pela parceria passageira Estado-FIFA, por um governo que está se desviando das suas prioridades anunciadas de equidade social (Maricato 2014).

Carlos Vainer (1992), no livro *Grandes Projetos Hidrelétricos e Desenvolvimento Regional*, estuda como o I Congresso Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens foi um evento que reuniu trabalhadores de toda parte e possibilitou a troca de experiências vivenciadas pelas populações que foram expulsas de suas terras por causa da construção das barragens. Segundo ele, foram pessoas das mais diferentes regiões, da Amazônia ao Rio Grande do Sul, todas conectadas pelos tristes depoimentos de perda de suas propriedades. Além da descrição das ações das empresas de energia, as histórias que os uniam eram sobre as críticas a essas empresas e as reivindicações (Vainer 1992). O que chama atenção é que, nas críticas da população:

“a reiterada acusação de que a intervenção das empresas elétricas com vistas à implantação de aproveitamento hidrelétricos é imposta de fora da região, desconhece suas realidades, e tem sido decidida sem a participação daqueles que sofrerão mais diretamente os efeitos das construções das barragens e usinas” (Vainer 1992:10).

Em relação à Copa, o planejamento das ações também vem de fora, e o bem a ser consumido (energia vs. jogo) é ainda menos claramente associado às necessidades nacionais. Ainda mais, é uma ação ‘excepcional’ a ser realizada uma vez e que, por mais que o país goste de futebol, a realização de uma Copa não constitui parte da demanda regular do país. Entre diversas ações coordenadas que se organizaram em torno da defesa dos direitos humanos violados pelos Comitês Populares da Copa de todo Brasil, a mais expressiva foi uma reunião em Belo Horizonte, chamada *I Encontro dos Atingidos: quem perde com megaeventos e megaempreedimentos*, organizada pela Articulação Nacional de Comitês Populares da Copa (1 a 3 de maio de 2014), onde acusações similares às denúncias ouvidas no Congresso de Atingidos de Barragens foram onipresentes, entre as quais se incluíram as provenientes do que estava acontecendo em Camaragibe, devido à implantação dos projetos de mobilidade que fazem parte das intervenções urbanas realizadas na Região Metropolitana do Recife para a Copa do Mundo de 2014 (para o contexto, veja CONDEPE/FIDEM 2011).

Carlos Vainer traz o conceito de Grande Projeto de Investimento (GPI) para caracterizar os projetos que envolvem capital, força de trabalho, recursos naturais, energia e território. O conjunto de obras para a Copa do Mundo pode ser considerado como parte de um grande projeto de investimento, pois envolve os elementos citados acima e constitui um verdadeiro empreendimento, contribuindo para a criação de novas centralidades urbanas. A inversão lógica é de ver o território em função do GPI, ou seja, o espaço urbano é visto e utilizado em função do GPI, e não ao contrário. No caso das obras de mobilidade, a cidade, as pessoas e suas maneiras de interagir com o espaço público não são levadas em consideração e é implantado um projeto de mobilidade *para o evento*, com a justificativa de ser um benefício para todos, sem ao menos haver uma audiência pública para discutir o projeto, seu traçado, uma maneira de minimizar seus impactos e uma via de diálogo para negociação de valores de indenização. Como Vainer afirma, são projetos que não expressam as forças sociais, políticas

e econômicas endógenas, assim se concretizam como instrumentos de reordenação territorial, mesmo que o espaço transformado não seja tratado como objeto explícito de planejamento (Vainer 1992).

O Recife, como uma das doze cidades sede, operou no contexto da lei da Copa, participando diretamente da Copa do Mundo no Brasil. Promoveu, e promove ainda, várias obras e ações (infraestrutura, mobilidade urbana, segurança pública, aeroporto, desenvolvimento turístico e telecomunicações) as quais visavam preparar a cidade para os cinco jogos que aconteceriam nela em 2014, como se divulgou amplamente nos meios de comunicação (Perguntas e Respostas, Veja, janeiro de 2009). O Ministério dos Esportes, inclusive, sugeriu uma lista de assuntos para serem pesquisados pelas Universidades Federais, em áreas onde a Copa do Mundo deixaria *legados* para o país. São elas: mobilidade urbana, arenas, turismo, portos, aeroportos, saúde, transporte, telecomunicações e energia. Uma das obras no estado foi a Arena Pernambuco, estádio absolutamente novo com capacidade para 46 mil pessoas e área construída de 128.049 metros quadrados, no município de São Lourenço da Mata, orçada em R\$ 529 milhões antes da obra começar, sem ter o valor atualizado depois de sua construção (site da SECOPA<sup>8</sup>). Ao lado da Arena, projetou-se a construção da Cidade da Copa, localizada entre três municípios: Camaragibe, São Lourenço e Recife. A Cidade da Copa é uma iniciativa privada que é divulgada pela construtora Odebrecht como a primeira *smart city* da América Latina. *Smart city* é um conceito de cidade inteligente, um espaço em que é possível morar, estudar, trabalhar e se divertir (site da Cidade da Copa e da Arena Itaipava<sup>9</sup>). Com 240 hectares de área, este projeto pretende contribuir fortemente para uma nova centralidade urbana, segundo informações do site oficial da Cidade da Copa. Algumas das intervenções de mobilidade são as listadas abaixo (SECOPA 2013):

- Corredor de ônibus BRT Norte-Sul com trinta e sete quilômetros e novecentos metros de extensão, passando por Igarassu, pela PE-15 e bifurcando para a Agamenon Magalhães e para a Cruz Cabugá;

- Corredor de ônibus BRT Leste-Oeste, com doze quilômetros e trezentos metros de extensão e vinte e duas estações, tendo início na praça do Derby e seguindo até o terminal integrado de Camaragibe;
- Ramal da copa com seis quilômetros e trezentos metros;
- Ampliação do terminal integrado de Camaragibe;
- Construção do terminal integrado de Cosme e Damião.

Tais obras, supostamente concatenadas para se finalizarem a tempo para a realização da Copa em junho de 2014, continuam em diferentes fases de execução no período pós-realização do evento esportivo. Todas acarretaram em desapropriações. O governo do Estado divulga a Copa como um momento de grandes oportunidades de negócios e lucro para o país, e enfatiza o desenvolvimento trazido pelo torneio de futebol. A relação de megaeventos e economia local já foi tema de estudos de pesquisadores sobre os Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro, em 2007. De acordo com Sanchez *et al* (2007), o tão propagado legado do investimento causado por esse megaevento, na realidade só criou oportunidades de lucro para um pequeno número de empresas privadas, em detrimento do atendimento às necessidades do conjunto da população.

O discurso de legado positivo do megaevento pôde ser observado em debate público convocado pela Secretaria Geral da Presidência da República e Secretaria de Esportes e Copa do Mundo da Prefeitura do Recife, intitulado *Diálogos Governo-Sociedade Civil: o que o Brasil já ganhou com a Copa*, em maio de 2014. Como resposta ao contexto geral de manifestações no país contra os altos gastos públicos com a Copa, foram apresentados vários números de investimentos feitos, enfatizando que a quantidade de dinheiro público utilizado para a Copa foi muito menor do que o investimento do governo federal em saúde e educação e que ‘A Copa se pagará com a renda gerada pelos investimentos’<sup>10</sup>.



Figura 1: As Contas da Copa. Fonte: Cartilha de *Diálogos Governo-Sociedade Civil: o que o Brasil já ganhou com a Copa* maio, 2014.

Entretanto, afóra o aumento do fluxo de turistas na época do mundial, nas primeiras avaliações do impacto econômico da Copa, além de não haver estudos que comprovem o aumento no PIB do país relacionado ao megaevento (Jornal do Commercio<sup>11</sup>, 29 de agosto, 2013), a própria realização da Copa foi responsável, segundo analistas, pelo baixo crescimento do PIB no país no ano de 2014 (Portal G1, 15 de julho de 2014 e 15 de agosto de 2014<sup>12</sup>). Este ambiente de revisão da compreensão dos impactos não impediu que se realizasse um encontro mais reservado sobre o ‘Legado da Copa do Mundo’ na Federação Pernambucana de Futebol (FPF), em conjunto com a Comissão de Direito Desportivo da OAB-PE, dia 20 de novembro de 2014, que celebrou a articulação entre gestores na realização de um evento avaliado por eles como um enorme sucesso!

É notável que as repercussões de receber a Copa do Mundo no país são enormes e produzem diversas consequências, o que pode gerar uma confusão na identificação de grupos beneficiados e grupos atingidos. Martin Curi (2013), ao discutir sobre ‘legados’ e megaeventos, separa duas categorias de posições políticas: os defensores, os quais expõem os benefícios do megaevento, e os opositores, os quais mostram os efeitos nocivos. Curi traz uma característica pertinente:

“Interessante é que, muitas vezes, tanto defensores quanto opositores argumentam apresentando números concretos de ganhos e perdas financeiras, sendo que o saldo final é positivo ou negativo dependendo da linha de argumentação. Fica visível que números sugerem uma credibilidade e objetividade que não têm. O legado de um megaevento esportivo é algo tão complexo que dificilmente pode ser resumido em poucas palavras ou números” (Curi 2013:67).

Tomaremos aqui como referência essa noção de ‘legado’ que não é mensurável em estatísticas, uma vez que não podemos considerar apenas os números, pois o legado extrapola o nível técnico. De fato, o governo promete que a Copa trará um legado positivo para o país e sua população. Entretanto, as consequências das intervenções urbanas para a Copa são muito mais complexas, e o relato dos atingidos nos mostra outro lado da questão, onde as perdas falam mais alto que os ganhos.

### **O Loteamento São Francisco e o processo de desapropriação**

O município de Camaragibe, com 144.466 habitantes e uma área de 51,257 quilômetros quadrados, está dentro da Região Metropolitana do Recife (IBGE, 2010). O Loteamento São Francisco está situado em Camaragibe e é composto majoritariamente por casas térreas e casas com primeiro andar. A maioria de suas casas, para não dizer todas, foram derrubadas pelas obras de acesso à Arena (Ramal da Copa e corredor BRT Leste Oeste) e de ampliação do terminal integrado de Camaragibe.



Esse processo de desapropriação, realizado como expulsão e indenização, e não como remoção ou reassentamento, foi executado por um órgão do governo do Estado de Pernambuco, criado durante o próprio processo pela fusão e recharacterização de outros órgãos e setores, impulsionados por essa ação específica, denominada Secretaria Executiva de Desapropriações<sup>13</sup>, que tem como objetivo:

“Agilizar os processos de desapropriação do Governo do Estado, impulsionando as obras estruturadoras em Pernambuco. Com esse objetivo, foi criada pelo Governo do Estado a Secretaria Executiva de Desapropriações, vinculada à Procuradoria Geral do Estado”. (Diário Oficial 2012)

Com este objetivo de ‘agilizar os processos de desapropriação’ para ‘impulsionar as obras estruturadoras’, a nova secretaria criada surge evidenciando a prioridade em dar avanço às obras e atingir as metas do governo do Estado. Aqui percebemos a tática da metamorfose institucional<sup>14</sup> (Scott 2012, 2013), pois foi criado um novo espaço institucional para lidar com as compensações e atingir as metas do governo.

Não houve planejamento eficiente de relocação dos moradores, pois nenhum projeto habitacional, nem nenhuma doação de terreno exequíveis para esta população foi prevista. Contrasta muito com a arena que foi planejada, os dois terrenos doados (sob críticas da sociedade civil e de membros da política local<sup>15</sup>), a cidade da copa projetada e entregue ao setor privado para administrar (Odebrecht). No Loteamento São Francisco, diferentemente, o estado fez apenas a proposta e/ou o pagamento de uma indenização para os moradores que, segundo as famílias, não foi suficiente para comprarem outra moradia, mesmo em condições inferiores à que tinham.

No Loteamento São Francisco, foi evidente a falta de acesso à informação das pessoas que foram ‘atingidas’. Sem uma transparência sobre intenções e probabilidades de intervenções concretas de uma obra ‘inusitada’ que foi consequência de um evento anunciado como ‘a se realizar’ com sete anos de antecedência, houve uma tensão gera-

da pela notícia que chegou aos moradores de que teriam que deixar suas casas em poucos meses. Algumas pessoas contaram a maneira pela qual ficaram sabendo da desapropriação. Segundo os moradores do Loteamento São Francisco, em outubro de 2012 (portanto, 5 anos depois do anúncio da realização!), funcionários de uma empresa terceirizada reuniram algumas poucas famílias para informar que seriam feitas obras naquela localidade e que as casas teriam que ser destruídas. Mas, além de terem comunicado a um número pequeno de moradores, as informações passadas não foram esclarecedoras, o que gerou uma tensão muito grande nas pessoas por causa da notícia de terem suas casas demolidas, com incerteza geral da data e com desconhecimento preciso da causa. Na verdade, ficaram sabendo da remoção quando a empresa terceirizada colou adesivos nas casas que seriam desapropriadas. Sem a entrega de nenhum documento oficial, avisaram que as casas seriam derrubadas por causa de uma obra. Essa notícia gerou uma preocupação nas famílias, que nem sabiam exatamente por que seriam obrigadas a deixar suas casas, qual a obra e porque as suas casas especificamente?

Além disso, a previsão era de sair das casas até dezembro de 2012 (dois meses). Isso gerou uma apreensão muito grande nos moradores, que pode ser observada nos relatos nos quais falam da falta de certeza constante em relação à data de saída, pois, em dezembro de 2012, disseram que seria adiada a retirada das pessoas e, até outubro de 2013, muitas das famílias ainda não tinham sido desapropriadas, mas que continuava com a iminência da derrubada das casas. O filho, de aproximadamente 50 anos, numa família formada por uma senhora, seu filho e duas filhas, com casa há 40 anos no Loteamento, no dia 19 de junho de 2013 (portanto em plena Copa de Confederações), conta:

Me chamaram da última vez lá e disseram que com 15 dias chamavam para fazer o depósito, e com 5 dias 'tava na conta. E até agora...amanhã faz 8 semanas, 2 meses amanhã, e não ligaram mais, não chamaram. Eu liguei para lá 2 vezes, disseram que iam retornar em 5 minutos para meu telefone, eu disse 'tá certo'. Cinco minutos, já vai fazer 2 meses.

A mãe dele também contou que construiu sua casa com o ex-marido e na época não fizeram nem muro ao redor, pois não tinham recursos financeiros para isso. Com o passar dos anos, seus filhos a ajudaram a construir o muro da casa e fazer algumas reformas para melhorar a infraestrutura. O filho mora com ela até hoje.

De fato, algumas famílias do Loteamento São Francisco foram chamadas para negociar a indenização, mas a maioria ainda não tinha obtido resposta sobre a proposta, nem indicação de data de saída, até outubro de 2013. A insegurança da data de saída era preocupante e afetava diretamente a vida dos moradores, que ficaram a mercê dessa decisão do estado, como relata outro morador do Loteamento, em março de 2013:

Eles vieram primeiro em novembro (2012)... Agora, ninguém resolve nada, tem coisa para fazer, tem uma reforma. Ninguém nem pode arrumar outra casa fora. Não tem dinheiro para comprar. Ai fica nessa, ninguém sabe se vai ficar, se vai sair.

E continua:

A gente não quer dinheiro não, a gente quer um canto para morar, um chão. Pega um terreno, meça o terreno, dê um terreno daquele tamanho pra a gente, uma casa pra morar, pronto. Agora não pode ficar na rua, E o dinheiro que tão dando, a gente tá procurando e não tá encontrando [uma casa para comprar]. E eles não dizem um negócio certo, não dão aquela sustentação para dizer para onde você vai.

A precariedade de ações efetivas nas etapas de desenvolvimento é um problema que atinge a população de diversas formas: a dureza do modo de comunicação sobre a remoção, a incerteza de para onde ir morar, o valor injusto da indenização, a falta de acesso à informação, a perda de acesso a serviços básicos (saúde, educação e transporte).

Em seu livro sobre o caso das desapropriações ocasionadas pela barragem de Itaparica, Scott (2012), ao falar em um padrão persistente de descaso planejado na construção de barragens, separa duas ordens de objetivos presentes em grandes obras:

“A primeira está calcada em termos de objetivos de ordem maior que favorecem o alcance de metas mensuráveis em índices de produção associadas à ideia de desenvolvimento, costumeiramente justificada com referências gerais e grandes contingentes de populações beneficiadas. A segunda ordem de objetivos, citada obliquamente, diz respeito à população que será atingida diretamente pelas obras propostas e que precisa de ‘medidas mitigadoras’ para amenizar suas perdas” (Scott 2012:122).

Esse modo de lidar com duas ordens de objetivos se compreende através da noção de táticas de desmonte (Scott 2013) que permeiam a aplicação das medidas mitigadoras. O desmonte é um desmonte da resistência, uma diminuição das reivindicações de atingidos, que se evidencia nas relações que ocorrem durante períodos de negociação. Mitigação é o nome que projetos de desenvolvimento aplicam às compensações para a população atingida, à população que não é vista como beneficiada de primeira ordem. As barragens ocorrem numa progressão histórica sucessiva, em que o planejamento a longo prazo, por mais reservadas que as companhias energéticas e construtoras estejam sobre a sua divulgação, que pode ser descoberto e incorporado em estratégias de ação de grupos que representam os futuros atingidos, geralmente sindicatos e associações de agricultores e trabalhadores rurais. Moradores da cidade, historicamente, são menos coesos na sua resistência aos projetos, por pelo menos duas razões: 1) a maior diversidade de profissões e menor dependência em territórios específicos de labuta faz a área urbana mais transportável, e 2) como barragens levam à inundação de cidades inteiras, é mais frequente haver algum projeto de reconstrução das áreas urbanas (Bartolomé 1985). É importante analisar as quatro táticas de desmonte aqui, pois elas trazem uma contribuição para pensarmos no processo de desapropriação dos moradores do Loteamento São Francisco, bairro popular de Camaragibe, RMR.

A primeira tática é a desmoralização dos atingidos: procura-se retratá-los como pouco merecedores de benefícios, por serem apro-

veitadores do que é oferecido pelo governo, ou pela lerdeza, incapacidade ou ilegalidade, ou mesmo, no outro lado do espectro, pelo excesso de esperteza. Sugere-se que eles estão burlando alguma coisa em vez de que cobrando seus direitos, ou que eles não têm conhecimentos adequados para lidar com a própria situação (Scott 2012). Direta ou indiretamente, os moradores do loteamento podem virar ‘invasores’ aos olhos do Estado desapropriador. Ocorre como drama individual, quando a justiça do Estado exige uma regularização da titulação de quem a tem de uma maneira precariamente informal. A indenização é por propriedade, não por família, e apesar de ser de um ‘loteamento’ com pessoas com décadas de residência, quando uma família constrói uma casinha no seu lote, está criando um grupo não elegível diretamente para indenização. Aí tem que se comprovar correta e legalmente para ter direito à compensação, sugerindo-se que os que encontram barreiras judiciais nos seus processos sejam irregulares e ilegais, e ainda usa este fato para ameaçar a população com declarações como ‘quem entra na justiça demora muito mais e ainda recebe menos, é melhor aceitar a valorização calculada da sua propriedade’. Com os parâmetros temporais para defenderem-se diante do processo acelerado do cronograma de obras para a Arena, generaliza-se o sentimento de terem sido desrespeitados e estarem sentindo ‘indignação’, ou como disse um morador

Não é fácil, você nascer numa casinha assim humilde, seu pai lhe criar, você ficar moço, casar, casar seus filhos dentro daquela casinha. E de um momento para outro ver sua casa ali no chão. (fala de Jeronimo, ex-morador do Loteamento São Francisco, em *Limpendo a Área*, 2014).

A segunda tática é a metamorfose institucional. Para lidar com a adesão às metas institucionais e com a demanda dos atingidos, são criados novos espaços institucionais para administrar as compensações. A criação do Departamento de Desapropriações exemplifica isso, pois o primeiro contato para a desapropriação foi com uma companhia terceirizada que dizia não poder informar mais que o pou-

co que estava informando. Depois tiveram contatos individualizados com assistentes sociais e advogados da Secretaria das Cidades e da Procuradoria e tentavam conseguir informações junto à procuradora pública designada para eles, sem que a maioria tivesse sucesso nesses contatos pela agenda cheia da própria procuradora que, quando comparecia ao fórum de Camaragibe, ficava muito pouco disponível aos atingidos. Ainda agendaram reuniões coletivas (às vezes precisando de acompanhar o agendamento com manifestações públicas das suas demandas) com o Fórum do Município de Camaragibe (sem comparecerem responsáveis do governo e das empresas nas datas marcadas e sem remarcar datas), na Assembleia Legislativa (novamente sem comparecimento de representantes da instituição), na Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco (reuniões onde informavam dados vagos e sempre remaravam datas para tomadas de decisão), na Secretaria das Cidades (que forneceu informações sobre os cálculos de indenizações) e, com a Secretaria Executiva de Desapropriações, que também apresentou informações e posicionamentos. Sempre em pauta era a questão de quantas pessoas foram, efetivamente, desapropriadas, uma informação que ninguém que representava o governo se arriscava em pronunciar. Também foram encaminhados ofícios de pedido de informação ou relatórios com reivindicações evidenciando violações de direito à moradia adequada para vários órgãos (Secretaria Executiva de Justiça e de Direitos Humanos de Pernambuco, Ministério Público de Pernambuco, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, à Defensoria Pública da União, ao Governo do Estado de Pernambuco, à Procuradoria-Geral do Estado de Pernambuco, à Prefeitura Municipal de Recife, à Controladoria-Geral da União, à Secretaria Federal de Controle Interno, Ouvidoria-Geral da União, entre outras). Esta multiplicidade de agentes que representa o estado torna frustrante um processo de negociações que precisaria ser tão célere quanto sugere o monumento da Copa dedicado à contagem regressiva exposto na via principal do Recife e citada frequentemente em reportagens que não deixavam de indicar quantos dias antes da realização da Copa.

Como terceira tática, há o abandono planejado - isto é, o desinteresse institucional em atingir as metas de segunda ordem. Essa tática é perceptível ao observarmos a contratação de alguns serviços, por exemplo, a empresa terceirizada que comunicou os moradores sobre a remoção, e depois não manteve nenhum trabalho de assistência social como era prometido. No período pós-execução há um uso sistemático por clubes de futebol da Arena e a promoção de alguns grandes eventos e shows com divulgação de esquemas especiais de mobilidade para torcedores e/ou plateias enfrentarem poucas dificuldades para ir e vir, fazendo com que os gestores públicos possam dizer que, no caso de Pernambuco, não se criou um elefante branco! Já no lado dos atingidos a história é diferente. Há, ainda, uma extensão ampla de terreno desocupado com a derrubada das casas onde não houve nenhuma 'urbanização' o que eleva a sensação generalizada das famílias atingidas de terem sido expulsas em vão, e que representa uma enorme atração de virar 'invasor' do próprio terreno de onde foi desapropriado. Como na hora, muito pública, da realização da Copa, estas obras (cujo projeto é desconhecido pela população) não aconteceram, a projeção de muitos é que o Loteamento, junto com as famílias que aí morava, entrarão no rol de obras inacabadas/pessoas não mitigadas do Estado. A Copa já aconteceu. Sem ter mais um cronograma de realização do megaevento informando a importância das obras e das indenizações, ficaram abandonadas, o futuro deles virando um incógnito. É interessante que outro elemento planejado, importantíssimo na divulgação sobre os significados positivos da Copa para Recife, é a Cidade da Copa, que gestores públicos informam que, através de uma parceria pública-privada, está nas mãos de Odebrecht e é a própria Odebrecht que é responsável pela iniciativa da instalação dessa *smart city*. A página eletrônica da Cidade da Copa foi tirada do ar, e mal se fala sobre os planos. Ou seja, mesmo em termos gerais, a ideia que haverá um crescimento do 'Oeste da Região Metropolitana' continua na berlinda, podendo-se entender o planejamento para Camaragibe

e São Lourenço da Mata como passando por outros rumos não tão proximamente relacionados com a realização do megaevento da Copa.

A última tática é a incorporação burocrática, quando os grupos representantes das pessoas atingidas são incorporados ao projeto no momento de pós-execução. Não se observou diretamente uma incorporação dos seus grupos representantes, mas a própria organização das famílias para se defenderem não tinha participação direta de associações do próprio Loteamento, pois não havia associações no local!. O reunir-se foi incentivado pelo próprio processo de desapropriação. Ocorreu com regularidade, quase semanalmente. Estas reuniões contavam com a presença de integrantes do Comitê Popular da Copa, e, ocasionalmente, a força do movimento popular de instituições autóctones de outros bairros (sobretudo Coque, que também sofreu desapropriações em grande número por causa da expansão do terminal de ônibus). Durante o processo da concessão das indenizações várias famílias deixaram de participar após receber pelo menos parte da sua indenização, e outros que estavam reunidos levantavam a desconfiança que a resolução dos casos foi para enfraquecer o movimento, embora não tenha sido possível comprovar isso em pesquisa. O Comitê Popular se esforçou para não abandonar o Loteamento, mas o ritmo de participação foi diminuindo. Para os integrantes do Comitê, a incorporação burocrática dos integrantes não ocorreu em atividades relacionadas à gestão de assuntos da Copa ou outros serviços do governo, e sim na intensificação da dedicação a outras questões nas agendas das suas instituições de origem, e na reconfiguração e renomeação do próprio Comitê para abranger um leque de assuntos mais amplos, e menos temporalmente restritos, que aquilo que motivou a sua participação no Comitê.

É possível compreender melhor como a temporalidade do processo desencadeado pela Copa influenciou as ações de defesa dos atingidos e de enfrentamento das táticas de desmonte examinando mais de perto o Comitê.



## O comitê popular da Copa de Pernambuco

O Comitê Popular da Copa de Pernambuco não se restringiu a agir em torno de um ou outro direito violado das pessoas atingidas por ações ligadas ao megaevento de futebol, mas o direito violado que mais se sobressaiu foi o direito à moradia Associação Nacional de Comitês Populares da Copa (ANCOP 2014). O direito à moradia adequada passou a fazer parte dos direitos humanos reconhecidos internacionalmente com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948. Após essa data, vários tratados determinam o respeito a esse direito, como o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, em seu artigo 11: “toda pessoa tem direito a um padrão de vida adequado para si e sua família, inclusive à moradia adequada, assim como uma melhoria contínua de suas condições de vida” (Pacto Internacional de Direitos Econômicos e Culturais [PIDESC], artigo 11, parágrafo 1).

O Comitê Popular é formado como articulação de várias entidades, entre as quais diversas que têm histórico de atuação no âmbito de direito à moradia (FASE<sup>16</sup>, Habitat para Humanidade, CENDHEC<sup>17</sup>, FERU<sup>18</sup>). O comitê constitui um olhar alternativo sobre as questões relacionadas à Copa. Para contextualizar a composição do Comitê, descrevem-se a seguir as entidades que o compõem. A Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) atua nas questões urbanas e rurais voltadas para participação da cidadania e luta pelos movimentos sociais de mulheres, afrodescendentes e indígenas (FASE 2013). A entidade Habitat para Humanidade é uma Organização Não Governamental que promove a moradia como Direito Humano fundamental e tem como meta a eliminação de todas as formas de moradia inadequadas (HABITAT 2013). O Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (CENDHEC) defende os Direitos Humanos, principalmente dos grupos socialmente excluídos. O Fórum Estadual de Reforma Urbana (FERU) é uma articulação de entidades que luta pela construção de cidades justas, com políticas de

inclusão social e participação popular (FERU 2011). O SOS Corpo: Instituto Feminista para a Democracia, também integrou o conjunto, buscando a compreensão da inserção das mulheres neste processo e reconhecendo que o direito à moradia adequada era ponto crucial para direitos da mulher. A própria equipe da pesquisa *Uma Arena para Pernambuco*, do FAGES da UFPE<sup>19</sup>, também integra o comitê formalmente como grupo de pesquisa que tem uma linha de pesquisa sobre equidade em projetos de desenvolvimento, e em de linhas sobre família, gênero, sexualidade e saúde e estudos específicos sobre remoção. Ainda houve articulação com outras instituições, entre as quais se inclui o Instituto Ethos, que pensava sustentabilidade e enfatizava a (falta de) transparência nas informações. Pelas entidades que o integram serem majoritariamente voltadas para o direito à moradia, é perceptível que a pauta do Comitê foi delineada com foco na moradia. Outras problemáticas atravessam as preocupações do Comitê, como o turismo sexual e as questões de gênero, mas não são objeto de tanta atenção especial.

Examinando um documento de auditoria produzido pelo Comitê para a Presidência da República (Comitê Popular da Copa em Pernambuco 2013), é notável que, entre uma diversidade de violações, as de maior impacto são ligadas à moradia e às desapropriações das pessoas que tiveram ou terão suas casas destruídas por causa das obras de mobilidade. Com o objetivo de evidenciar as possíveis violações de direitos humanos e apoiar as famílias impactadas, essa organização identifica lacunas nas estratégias do governo e tem uma postura crítica em relação à maneira do Estado lidar com a população. Com o intuito de dar suporte às pessoas afetadas pelas obras de mobilidade e negociar o valor das indenizações, o Comitê fez várias tentativas de mediar o diálogo entre o Estado e a população.

Uma grande dificuldade para o Comitê, e também um ponto que limitou os dados dessa pesquisa, é, como informado acima, que o Estado não divulgou o número de pessoas desapropriadas. Apesar de o comitê ter pedido formalmente, através de ofício, essa informação,

não teve acesso ao número total de pessoas que tiveram as casas derrubadas. Mais do que uma reivindicação não atendida, esse fato evidencia um ato do Estado que silencia discursos e mascara os impactos das obras realizadas para sediar a Copa do Mundo de 2014. Os projetos de mobilidade também não foram fornecidos para a população, então a única maneira de saber quem seria atingido era visitando casa a casa, pois não havia nenhuma lista de atingidos. Além disso, a empresa responsável pela comunicação das remoções fala individualmente para as pessoas, como nos relatou uma moradora, 'você foi a única da sua rua que não aceitou o valor da indenização, vamos resolver isso logo para não prejudicar os outros'. Essa forma de comunicar fragmenta a comunidade, que nunca sabe exatamente qual a área total que será atingida. Percebemos que esse é um dos mecanismos do Estado que dificulta uma mobilização coletiva dos moradores no sentido de reivindicarem seu direito à moradia adequada, pois provoca uma individualização dos acordos, não propondo em momento algum uma solução coletiva, como fixar o valor pago por metro quadrado ou oferecer uma proposta de habitacional/terreno.

É interessante fixar-se no fato que o Loteamento São Francisco não tinha nenhum grupo de pessoas organizado politicamente, como uma associação de moradores, nem histórico de participação em movimentos sociais de reivindicação de direito à moradia, etc. Além desse fato que dificulta uma mobilização de reivindicação coletiva dos moradores, a forma como eles foram comunicados da remoção - mencionada acima - induziu ainda mais a uma individualização dos acordos. As famílias eram avisadas por quarteirão e os acordos feitos de forma isolada, não em reunião coletiva com todos do bairro. A maioria dos moradores acreditava que não podia fazer mais nada, a não ser esperar pela decisão do Estado de removê-los e aguardar a indenização. Entretanto, um senhor do Loteamento permanecia indo ao Fórum de Camaragibe todos os dias em busca de mais informações sobre as desapropriações e era muito firme em suas críticas em relação ao processo. Ao conversar com uma moradora, ela relatou que esse

senhor era considerado ‘maluquinho’ por ter essa atitude de interesse em resolver as injustiças do processo:

É como ele [este senhor] tá fazendo. A gente disse pra ele. Ele fica feito um maluquinho, atrás de um, atrás de outro. O povo fica dizendo ó o doido, ó o doido. Mas ele quer uma melhoria para a gente. Agora é como ele disse, somente uma andorinha não vai fazer verão. Somente ele, e as pessoas ficam tudo mangando dele. Se precisar de mim, pode me chamar, to aqui, eu disse para ele.

A chegada do Comitê no local, em 2013, gerou diferentes reações, enquanto alguns achavam que não dava pra fazer mais nada, outros – como o senhor acima – se juntaram ao Comitê e começaram a participar das várias tentativas de negociação com o Estado, dos atos e dos eventos. Notamos que, após a chegada dessa organização, os moradores passaram a se mobilizar de maneira diferente. Se antes não acreditavam que seria possível fazer mais nada, agora começaram a ter esperanças em mudanças concretas. Na fala de um morador, notamos a mudança de sua opinião em relação a protestos, a partir do momento que ele participou de um ato com outros comerciantes, que também seriam removidos:

Com essa quantia recebida, a gente não vai mais poder se colocar em qualquer parte aqui da área [av. Belmino Correia]. Não tem como. Ai é onde surge esse desespero da gente, que somos comerciantes há mais de 20 anos e hoje eu tive que ir pra pista junto com os outros. Nunca pensei de chegar a um ponto desse. Tive que ir para as ruas, parar trânsito, quer dizer, chamar atenção. Eu já vi isso na televisão, mas eu achava isso um absurdo. Mas diante do que tão fazendo ai, eu tive que participar também dessa situação.

A equipe da pesquisa teve a oportunidade, como colaboradora do Comitê Popular, de participar de algumas tentativas de diálogo com a Secretaria Executiva de Desapropriações. em 2013. A partir de uma pauta de reivindicações, o Comitê tinha, como um dos objetivos, abrir um diálogo com o governo para ter esclarecimentos sobre as desapropriações. Especificamente sobre esses pontos: a falta de diálogo adequado do Governo do Estado e das empresas terceirizadas com os

moradores atingidos pelas remoções (sobre o procedimento de remoção e indenização); a inexistência de orientação básica, para os moradores, quanto aos trâmites burocráticos e cartoriais necessários até o depósito da indenização; a ausência de um plano habitacional ou outro planejamento para o deslocamento das famílias e comerciantes; denúncia de perdas econômicas e redução na qualidade de vida das pessoas que não tiveram outra alternativa, a não ser se mudar para algum local sem estrutura e serviços básicos de saúde, transporte e educação (Comitê Popular da Copa em Pernambuco, 2013). As práticas internacionais de orientação para remoções involuntárias recomendam a garantia a uma nova moradia. Contudo, no caso estudado, a única medida do governo foi dar um valor de indenização para os atingidos. Pelo direito à moradia adequada ser uma questão primordial na vida de todos os cidadãos, o Comitê questionou e questiona ainda o planejamento de desapropriação feito pelo Estado. A organização citou casos, anteriores a essa situação da Copa, de desapropriações em outras regiões, na qual foi feita uma troca ‘chave a chave’, ou seja, o atingido recebia uma casa para ir morar. Mas até o então (final de 2014), não haviam ocorrido mudanças nas formas compensatórias das remoções ocorridas em Camaragibe.

No decorrer de 2013, foram realizadas várias tentativas de negociação com o Estado, pautadas nas reivindicações elencadas pelo Comitê no documento já referido, sendo a principal demanda dos moradores a reavaliação do valor da indenização. Diante da dificuldade de diálogo com os órgãos responsáveis pelas desapropriações – Secretaria Executiva de Desapropriação e Procuradoria Geral do Estado –, foram feitos alguns atos em frente a essas instituições e nas ruas de Camaragibe. Tanto as famílias como os membros do Comitê participaram de vários atos com faixas e cartazes. A estratégia era chamar à atenção do governo do Estado para serem escutados e reivindicar. Uma faixa continha ‘Governador<sup>20</sup>, queremos respeito’ e outra dizia ‘Não somos contra o desenvolvimento da cidade, mas a favor de uma desapropriação justa’, mostrando a posição das famílias de não serem contrárias

ao ‘desenvolvimento’. Apesar dessa posição, paira a pergunta: para quem é esse desenvolvimento prometido pelo governo do Estado?

Em dezembro de 2014 o Comitê Popular enfrentava uma decisão tática, pois se sentia articulado ainda, mas o seu objeto eixo-integrador já ocorreu e não tinha o mesmo poder de mobilização que antes. Eventos associados ao plano urbanístico da cidade que envolveram o espaço do Cais José Estelita já tinha mobilizado muita gente e a sua articulação com o Comitê era inquestionável. Mas vinha se desvanecendo o poder do próprio nome Copa e se generalizando a discussão, sempre presente, sobre remoções urbanas (veja Scott 1996) e relações de poder na cidade. Discutiu-se a possibilidade de adotar novos eixos de assuntos mobilizadores, menos atrelados à transitoriedade do evento, como ‘o direito à cidade’ ou o mapeamento de ‘conflitos urbanos’, colocando-se em pauta a importância da manutenção tanto do aspecto de militância e ação do movimento, quanto a questão de pesquisa informada e engajada. O cenário havia mudado, o tempo do Comitê se transformou e o megaevento se foi. O realce ao predicamento dos desapropriados não acabou, mas os holofotes trocaram de lugar.

### **Considerações**

Desde o final de 2012, após quase um ano sem novas notícias sobre a remoção, quando alguns residentes do Loteamento até acreditavam que não seriam mais tirados de lá, os moradores começaram a receber ordens de despejo. Em meados de novembro de 2013 as casas começaram a ser demolidas e no final do ano todas as casas já tinham sido demolidas. Em dezembro de 2014, algumas das famílias ainda não receberam indenização, outras receberam 50% do valor e, de uma maneira geral, alguns ‘se arranjaram’ com parentes, e, em geral todos continuam com dificuldades de alguma ordem para encontrar uma moradia e se reestabelecer. O sentimento de insegurança é permanente, para as famílias, que seguem tentando, cada uma a sua maneira, negociar o valor das indenizações e se reestabelecerem na cidade, entre outras reivindicações.

No dia 14 de março de 2014, os moradores removidos e o Comitê Popular realizaram um ato na frente da Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco para tentar mais uma vez resolver as pendências relativas às indenizações que não foram depositadas, à ausência de auxílio moradia para os necessitados e à falta de um planejamento habitacional para as famílias que se enquadram nesse perfil.

Apesar da proposta do Comitê de buscar soluções de maneira coletiva, sem fazer acordos de valor separadamente, a maioria dos casos foi tratada de forma individual pela secretaria executiva de desapropriações. E ainda, embora tenha feito várias tentativas no sentido de reivindicar ações políticas benéficas para essas famílias ao longo prazo – como a construção de um conjunto habitacional – a demanda principal dos moradores era liberação de 100% do valor da indenização.

Se, por um lado, a chegada do Comitê no Loteamento São Francisco foi um fator importante para trazer uma consciência coletiva e possibilitar aos moradores a apropriação do discurso pautado nas violações de direitos humanos verificadas ali, por outro, nas reuniões do Comitê, é constante a discussão em torno da preocupação em gerar expectativas muito grandes nos moradores quando pouco se pode esperar do Estado. Essa preocupação surge diante do contexto avançado em que o processo de desapropriação se encontrava e da falta de diálogo por parte do Estado referente às negociações dos valores indenizatórios. Ou seja, o que efetivamente o Comitê poderia fazer para tornar esse processo mais justo? Alguns membros do Comitê sugerem que, a essa altura, o melhor desfecho seria acompanhar individualmente os processos judiciais para que não haja irregularidades e agilizar ações, visto que o valor total da indenização só é liberado quando o processo é concluído. Outros integrantes do Comitê acreditam que essa não é uma solução aceitável, pois a proposta inicial da organização era obter conquistas políticas coletivas para todas as famílias desapropriadas e não se ater caso por caso, pois isso seria uma fragmentação que foi configurada pelos mecanismos de ação do Estado.

É claro que outro fator que dificultou uma mobilização por parte dos moradores no plano coletivo foi a heterogeneidade característica dessas famílias. Enquanto algumas poderiam ser consideradas como classe média, devido à renda média mensal, outras não tinham condições de manter uma moradia adequada. Então, numa reunião do Comitê, em maio de 2014, no momento de discussão da possibilidade da construção de um conjunto habitacional, um membro da organização afirmou que alguns moradores lhe tinham dito: ‘não quero uma casa em um conjunto habitacional, nem se me derem a chave hoje’.

Além disso, a maioria dos moradores que recebeu o valor total da indenização parou de acompanhar as atividades do Comitê. Observamos que os esforços do Comitê eram voltados para conscientizar todos da necessidade de uma medida coletiva para amenizar as injustiças ocorridas no processo de remoção e tentar promover a reflexão do modelo de cidade em que vivemos, voltada para uma parcela da população e não para todos. Entretanto, após muito mais de um ano vivendo o processo de desapropriação, os moradores tinham como principal reivindicação o valor individual de indenização e não era perceptível uma preocupação no plano coletivo, apesar das exceções das poucas famílias que continuam participando do Comitê depois do pagamento.

Antes da culminação do megaevento, aproximando-se uma fase repentina de pós-execução e um processo intenso de fuga de responsabilidades, a maioria das obras de mobilidade não foi concluída. Para citar especificamente as obras que acarretaram nas desapropriações do Loteamento São Francisco, o Terminal Integrado de Camaragibe – maior área desapropriada – não foi ampliada para o megaevento, nem nos seis meses subsequentes.. Em relação ao corredor de BRT Leste Oeste, das 28 estações, segundo o jornal Diário de Pernambuco da época<sup>21</sup>, somente duas estavam prontas para o megaevento. Assim, ao invés de transportar as 126 mil pessoas que teria capacidade diariamente, só 6 mil por dia puderam usar o BRT durante a Copa. No



Ramal da Copa, só foi feito o trecho interno, que dá acesso à Arena Pernambuco, mas a parte externa, que beneficiaria a população local, ainda não foi construída. Em suma, as obras de mobilidade prometidas como legado da Copa do Mundo ainda não estão finalizadas na Região Metropolitana do Recife e vão ficar para um ‘depois’ mal definido.<sup>22</sup>

Como Scott (1996) afirma, verificamos que a remoção acarreta em uma reorganização da vida das pessoas, e no caso estudado, percebemos a dificuldade dos moradores atingidos em conseguir outra moradia adequada. Ainda não é possível saber o destino dos atingidos que, com indenização considerada injusta e sem orientação de alternativa de moradia, estão vivenciando um momento crítico de dúvida e preocupação. Os estudos sobre remoção, de uma maneira geral, não aprofundam o conhecimento sobre a maneira pela qual os moradores reorganizam suas vidas em novos territórios, quais mecanismos eles ativam na escolha do novo local de moradia e quais laços estabelecem. Essas problemáticas estão previstas para serem discutidas em pesquisas futuras, de modo a contribuir com o conhecimento científico e engajado, nesse campo temático, ainda pouco explorado. Assim como a contínua transformação é característica do contexto urbano, o fenômeno aqui estudado está em constante atualização e não pode ser considerado acabado. Foi um evento transitório que afetou a organização da cidade de uma forma significativa. As obras de mobilidade tomaram outro ritmo, mais lento, e, mesmo se a população atingida tenha se tornado mais invisível, não é por isso que a violação dos seus direitos à moradia deixará de ser um ponto importante na estratégia de reivindicações e resistência de moradores das cidades, sujeitos a ações de desrespeito no que se chama de ‘projetos de desenvolvimento’.

## Notas

<sup>1</sup> Ampliação de trabalhos originalmente apresentados na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, 03 e 06 de agosto de 2014, na UFRN, e na II Conferência Megaeventos e a Cidade no IPPUR, Rio de Janeiro, em abril do mesmo ano.

<sup>2</sup> Todas as três áreas foram objeto de pesquisa direta do autor principal deste trabalho. A co-autora pesquisou diretamente a Arena de Pernambuco e, no processo, interagiu muito com os movimentos sociais que se desencadearam no polo de Suape.

<sup>3</sup> Em novembro de 2013 o Comitê Popular da Copa de Pernambuco realizou o evento *Legados e Relegados da Copa do Mundo: quando o direito à cidade é violado*, para promover um debate público com vários atores sobre as possíveis violações de direitos humanos relacionadas à Copa do Mundo de 2014 e criar uma agenda de enfrentamento coletivo junto à outros movimentos sociais.

<sup>4</sup> Por exemplo, na cartilha *O que o Brasil já ganhou com a Copa*, feita pelo Governo Federal, afirmam que a Copa estimula a inclusão e a sustentabilidade a partir da distribuição gratuita de 50 mil ingressos para beneficiados do programa bolsa família e para representantes dos povos indígenas.

<sup>5</sup> Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 19, n. 40, jul/dez, 2013. Mello Moura 2013 “*Tudo isso por causa de uma bola?*”: *desapropriações e resistências decorrentes das obras para a Copa do Mundo de 2014 em Camaragibe e Recife*.

<sup>6</sup> A equipe de *Uma arena para Pernambuco* (CNPQ APQ-400083/2013-2) sub-projeto coordenado pelo professor Parry Scott, em apoio concedido a Francisco de Souza Ramos, pró-reitor de pesquisa e pós-graduação da UFPE, inclui Alice Bezerra de Mello Moura, José Roberto de Lemos, Fernanda Maria Vieira Ribeiro, Eduardo Araripe Sousa, Rafael Acioly, Teresa Oliveira e Amanda Scott.

<sup>7</sup> Estas pesquisas incluem, paralelamente, além de pesquisa junto a beneficiados e atingidos, ações relacionadas com turismo sexual, exploração sexual e prostituição; organização de torcidas e clubes de futebol, mídia, poder local e trabalho.

<sup>8</sup> Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo da FIFA 2014. ([www.secopa.pe.gov.br/pt/penacopa/mobilidade-urbana](http://www.secopa.pe.gov.br/pt/penacopa/mobilidade-urbana); acesso em 10 mar. 2014).

<sup>9</sup> Arena Itaipava e Cidade da Copa. ([www.itaipavaarenapernambuco.com.br/pt/smartcity.aspx](http://www.itaipavaarenapernambuco.com.br/pt/smartcity.aspx); acesso em 10 mar. 2014).

<sup>10</sup> Além disso, na cartilha feita para esse evento, ainda estão listados como legados: a) os novos estádios impulsionam a indústria do futebol brasileiro; b) a copa estimula a inclusão e a sustentabilidade; c) R\$8 bilhões de investimentos para melhorar o transporte nas cidades; d) Brasil ganha mais empregos na Copa; e) mais de 13,6 milhões de turistas vão circular pelas cidades-sede, impulsionando o setor.

<sup>11</sup> Reportagem, publicada em 29 de agosto de 2013. *Estudo aponta que Copa do Mundo não eleva crescimento do país*. (<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/noticia/2013/06/29/estudo-aponta-que-copa-do-mundo-nao-eleva-crescimento-do-pais-88184.php>; acesso em 10 mar.2014).

<sup>12</sup> Reportagem publicada em 15 de julho de 2014. *Veja quem ganhou e quem perdeu com a Copa na economia*. (<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/07/veja-quem-ganhou-e-quem-perdeu-com-copa-na-economia.html>); Reportagem publicada em 15 de agosto de 2014. *'Prévia do PIB' tem retração de 1,2% no segundo trimestre de 2014*. (<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/08/previa-do-pib-tem-retracao-de-12-no-segundo-trimestre-de-2014.html>).

<sup>13</sup> A secretaria está dentro da Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco e sua estrutura é dividida em duas gerências gerais: técnica e jurídica. E subdividida em duas superintendências: a superintendência de laudos e a superintendência de negociações. No início do período, tinha um setor na Secretaria de Cidades, outro na Procuradoria Geral do Estado, e vinham sendo articulados com a Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo da FIFA 2014 no caso do Loteamento.

<sup>14</sup> A constante metamorfose institucional (SCOTT 2012, 2013), envolve, às vezes, a troca de vínculos institucionais, e embora o tempo de pesquisa não seja o suficiente para perceber mudanças a longo prazo, já vimos, por exemplo, a troca de atribuições da Secretaria Estadual das Cidades para a Secretaria Executiva de Desapropriações.

<sup>15</sup> Matéria publicada em 12 de maio de 2014 pela Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco. *Daniel Coelho questiona doação de terrenos para administradora da Arena Pernambuco*. ([www.alepe.pe.gov.br/sistemas/noticias/?arquivo=noticia.php&id=25434](http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/noticias/?arquivo=noticia.php&id=25434)).

<sup>16</sup> Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE).

<sup>17</sup> Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (CENDHEC).

<sup>18</sup> Fórum Estadual de Reforma Urbana (FERU).

<sup>19</sup> Núcleo Família, Gênero e Sexualidade (FAGES) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

<sup>20</sup> O governador do Estado de Pernambuco no poder era Eduardo Campos (mandato: 01 de janeiro de 2007 até 04 de abril de 2014).

<sup>21</sup> Matéria de capa do Diário de Pernambuco em 25/04/14. Faltam 48 dias para a Copa e 26 estações de BRT. (<http://blogs.diariodepernambuco.com.br/mobilidadeurbana/2014/04/brt-do-recife-so-tera-2-estacoes-funcionando-na-copa/>; acesso em 10 de fev. de 2015).

<sup>22</sup> Matéria do G1. Prometidas para a Copa, obras de mobilidade ficam para 2015 em PE. (<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/11/prometidas-para-copa-obras-de-mobilidade-ficam-para-2015-em-pe.html>; acesso em: 11 de fev. de 2015).

## Referências

ACSELRAD, Henri (ed.). 2013. *Cartografia social, terra e território*. Rio de Janeiro: IPPUR/UF RJ.

- ADAMS, Richard N. 1970. *Crucifixion by Power*, Austin: University of Texas.
- \_\_\_\_\_. 1975. *Energy and Structure: A Theory of Social Power*, Austin: University of Texas.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. 2004. Terras tradicionalmente ocupadas, processos de territorialização, *Estudos urbanos e regionais*, 6 (1), 9-32, maio.
- ANCOP - Articulação Nacional de Comitês Populares da Copa. 2014. *Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll.
- BARTOLOMÉ, Leopoldo J. 1985. Estrategias adaptativas de los pobres urbanos: el efecto entrópico de la relocalización compulsiva. In BARTOLOMÉ, L. (ed.): *Relocalizados: antropología social de las poblaciones desplazadas*. Buenos Aires: IDES.
- BBC. 2011. Fifa teve faturamento de U\$\$ 1,3 bilhões em 2010. ([www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/06/110601](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/06/110601); acesso em 03 out. 2013).
- CASTELLS, Manuel. 1999. *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*, vol. 3. São Paulo: Paz e Terra.
- CIDADE DA COPA. 2013. Conheça a primeira smartcity da América Latina. ([www.itaipavaarenapernambuco.com.br/pt/smartcity.aspx](http://www.itaipavaarenapernambuco.com.br/pt/smartcity.aspx); acesso em 02 out. 2013).
- CERNEA, Michael. 2004. Impoverishment Risks, Risk Management and Reconstruction: a model of population displacement and resettlement. Paper presented to the UN Symposium on Hydropower and Sustainable Development, Beijing.
- CERNEA, Michael (ed.). 1991. *Putting People First*. Oxford: Oxford University.
- COMITÊ POPULAR DA COPA EM PERNAMBUCO. 2013. *Dossiê: auditoria participativa da Copa do Mundo 2014 em Pernambuco*. Recife.
- CONDEPE/FIDEM. 2011. *Oeste Metropolitana: Realidades e desafios para o desenvolvimento regional sustentável*. Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco. Recife: CODEPE/FIDEM.
- COSTA, H. S. & LOURENÇO JUNIOR, S. D. de. 2014. *Os atingidos pelo complexo de Suape*. Recife: Forum Suape-cd rom.
- CURI, Martin. 2013. “A disputa pelo legado em megaeventos esportivos no Brasil”. *Revista Horizontes Antropológicos*, 19(40):65-88.
- DAMO, Arlei. S. & OLIVEN, Ruben G. 2014. *Megaeventos Esportivos no Brasil: um olhar antropológico*. Campinas: Armazen do Ipê.
- \_\_\_\_\_. (eds). 2013. “Megaeventos”. *Revista Horizontes Antropológicos*, 19(40)
- DE CERTEAU, Michel. 1984. *The Practice of Everyday Life*. Berkeley: University of California Press.
- DIÁRIO OFICIAL do Estado de Pernambuco. 2012. Secretaria de Desapropriações toma posse e inicia trabalho. ([www.cepe.com.br/diario/index.php?option=com\\_content&view=article&id=402:secretaria-de-desapropriacoes-toma-posse-e-inicia-trabalho&catid=1:noticias&Itemid=2](http://www.cepe.com.br/diario/index.php?option=com_content&view=article&id=402:secretaria-de-desapropriacoes-toma-posse-e-inicia-trabalho&catid=1:noticias&Itemid=2); acesso em 04 de outubro de 2013).

- ELIAS, Norbert. 1997. *Du temps*. Lisboa: Difel.
- ELIAS, Norbert & DUNNING, Eric. 1996. *Deporte y ocio en el proceso de la civilización*. México: Fondo de Cultura Económica.
- ESCOBAR, Arturo, 2010. *Territorios de diferencia: Lugar, movimientos, vida, redes*. Enviñ/Popoyán: Duke University.
- FASE, 2013. *Solidariedade e Educação*. ([www.fase.org.br/](http://www.fase.org.br/); acesso em 07 out. 2013).
- FEATHERSTONE, Mike. 1995. *Undoing Culture*: London, Sage. ,
- FERU. (<http://ferupernambuco.wordpress.com/about/>; acesso em 07 out. 2013).
- FRANCH, Mónica. 2004. *Tempos, contratempos e passatempos*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ.
- GASTALDO, Édison & GUEDES, Sioni Lahud. 2006. *Nações em campo: Copa de Mundo e identidade nacional*. Niterói: Intertexto.
- HABITAT for Humanity. ([www.habitatbrasil.org.br/quem-somos/habitat-brasil.aspx](http://www.habitatbrasil.org.br/quem-somos/habitat-brasil.aspx); acesso em 07 out. 2013).
- HARVEY, David. 1989. *The Condition of Postmodernity*. Oxford: Blackwell.
- HELAL, Ronaldo & CABO, Álvaro de. 2014. *Copas do Mundo: comunicação e identidade cultural no país de futebol*. Rio de Janeiro: UERJ.
- IBGE, Município de Camaragibe, 2010. (<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=260345&search=pernambuco|camaragibe>; acesso em 03 de outubro de 2013).
- JENNINGS, Andrew (ed.) 2014. *Brasil em Jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?*. Carta Maior/Boitempo: São Paulo.
- JORNAL DO COMMERCIÓ. 2013. Estudo aponta que Copa do Mundo não eleva crescimento do país. Reportagem, publicada em 29 de agosto de 2013. (<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/noticia/2013/06/29/estudo-aponta-que-copa-do-mundo-nao-eleva-crescimento-do-pais-88184.php>; acesso em: 02 out. 2013).
- MAGALHÃES, Alexandre. 2013. “O ‘legado’ dos megaeventos esportivos: a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro”. *Horizontes Antropológicos*, 19(40):89-118.
- MAGALHÃES, Antonio Carlos & MAGALHÃES, Sonia. 2012. “Um canto fúnebre em Altamira: os povos indígenas e alguns dos primeiros efeitos da barragem de Belo Monte”. In ZHOURI, Andréa (ed.): *Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais*, pp. 18-44. Brasília: ABA.
- MARICATO, Ermínia et. al. (ed.). 2013. *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Rio de Janeiro: Boitempo/Carta Maior.
- MASCARENHAS, Gilmar, BIENENSTEIN, Glauco & SÁNCHEZ, Fernanda (eds.) 2011. *O Jogo Continua: Megaeventos esportivos e cidades*. Rio de Janeiro: UERJ.
- MELLO MOURA, Alice Bezerra de. 2014. “Tudo isso por causa de uma bola?”: desapropriações e resistências decorrentes das obras para a copa do mundo de 2014 em Camaragibe e Recife. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Sociais. Recife: Universidade Federal de Pernambuco.

- ORTNER, Sherry. 2007. "Poder e projetos: Reflexões sobre a agência". In Reunião Brasileira de Antropologia (ed.): *Conferências e práticas antropológicas*, pp. 45-80. Goiana, ABA.
- PAULA, Marilebe de & BARTELT, Dawid Danilo (ed.). 2014. *Copa para quem e para quê?*. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Stiftung.
- PIDESC. 1992. Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.
- REVISTA VEJA. 2009. Perguntas e Respostas: cidades sede da Copa do Mundo de 2014. ([http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/perguntas\\_respostas/cidades-copa-2014/cidades-sede-copa-2014-estadios-capitais-fifa-cbf-abertura-final.shtml](http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/perguntas_respostas/cidades-copa-2014/cidades-sede-copa-2014-estadios-capitais-fifa-cbf-abertura-final.shtml); acesso em 02 out. 2013).
- RIBEIRO, Gustavo Lins. 1992. "Bicho de obra, fragmentação e reconstrução da realidade". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 7(18):30-40.
- SANCHEZ, Fernanda *et al.* 2007. Jogos Pan-americanos Rio 2007: uma análise trans-dimensional do projeto urbano. Trabalho apresentado no Encontro Nacional da ANPUR. (<http://unuhostedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2392>; acesso em 03/01/2014).
- Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo (SECOPA). 2013. Mobilidade Urbana. ([www.secopa.pe.gov.br/pt/penacopa/mobilidade-urbana](http://www.secopa.pe.gov.br/pt/penacopa/mobilidade-urbana); acesso em 02 out. 2013).
- SCOTT, James. 1985. *Weapons of the Weak: Everyday forms of peasant resistance*. New Haven: Yale University.
- SCOTT, Russell Parry. 2012. "Descaso planejado: uma interpretação de projetos de barragem a partir da experiência da UHE Itaparica no rio São Francisco". In ZHOURI, Andréa (ed.): *Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais*, pp. 122-146. Brasília: ABA.
- \_\_\_\_\_. 2009. *Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado*. Recife: Ed. Universitária da UFPE.
- \_\_\_\_\_. 2006. "Re-assentamento, saúde e insegurança em Itaparica: um modelo de vulnerabilidade em projetos de desenvolvimento". *Saúde e Sociedade*, 15(3):74-89.
- \_\_\_\_\_. 1996. Remoção Populacional e Projetos de Desenvolvimento Urbano. In: Julio César Dos Santos; Wellington Alves De Castro (ed.). *Encontro Nacional de Estudos Populacionais X Vinte Anos Da Abep*, 10. Caxambú: ABEP.
- SCOTT, Parry *et al.* 2014. Disputas em diferentes tempos na construção da Arena Pernambucana para a Copa do mundo: Planejando, executando, mitigando. Trabalho apresentado na sessão temática "Conflitos e Resistências" da II Conferencia Internacional Megaeventos e a Cidade, Rio de Janeiro, UFRJ-IPPUR.
- TEIXEIRA, Carla Costa & LIMA, Antônio Carlos de Souza. 2010. "A Antropologia da Administração e da Governança no Brasil: Área Temática ou Ponto de dispersão?". In MARTINS, Carlos Benedito & DUARTE, Luiz Fernando D. (eds.): *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Antropologia*, pp. 51-96. São Paulo: ANPOCS.

- VAINER, Carlos B. 2003. *O Conceito de Atingido: Uma revisão do debate e diretrizes*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ.
- VAINER, Carlos & ARAUJO, Frederico. 1992. *Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: CEDI.
- VAINER, C. 2011. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. Trabalho apresentado no Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, 2011. ([http://br.boell.org/downloads/carlos\\_vainer\\_ippur\\_cidade\\_de\\_excecao\\_reflexoes\\_a\\_partir\\_do\\_rio\\_de\\_janeiro.pdf](http://br.boell.org/downloads/carlos_vainer_ippur_cidade_de_excecao_reflexoes_a_partir_do_rio_de_janeiro.pdf); acesso em 20 de agosto de 2013).
- ZHOURI, Andréa (ed.). 2012. *Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais*. Brasília: ABA.

## Filmografia

- Limpendo a Área*. Filme. Direção e coordenação: Parry Scott. Roteiro: Alice Bezerra de Mello Moura, José Roberto Lemos, Parry Scott e Teresa Oliveira. Produção: FAGES Recife, 17 minutos. ([www.youtube.com/watch?v=8fISwXKd1DM](http://www.youtube.com/watch?v=8fISwXKd1DM); acesso em 10 de fev. de 2015).

*Abstract*: Emphasizing the case of megaevents in contrast to other development projects and poles, this article analyzes the impacts of the 2014 Soccer World Cup, highlighting the Recife Metropolitan Region, Pernambuco. It examines urban interventions associated to the construction of the Arena and to the FIFA event. Human rights violations and disappropriations result from the investment project. It discusses the search for a positive international image and contradictions surrounding the idea of *legacies*. The fragility of the advantages emphasized by the project promoters is examined, and a counterpoint is drawn to acts of resistance by the impacted population in search of mitigation/compensation for their life strategies damaged by the government. The control of time and its deleterious effects on the resistance practices of (ex-)residents of the Loteamento São Francisco and their alliance with the Popular Committee of the World Cup show the attempts to resist serious violations of human rights.

*Keywords*: Anthropology; Dislocation; Resistance; Human Rights.

Recebido em agosto de 2014  
Aprovado em outubro de 2014